

JUDICIÁRIO

STF volta com pautas polêmicas

Suprema Corte agendou sessão solene para marcar a retomada das atividades. Julgamentos voltam na quarta-feira

» LUANA PATRIOLINO

O Judiciário brasileiro retoma suas atividades normais a partir de hoje, com sessões solenes para marcar a abertura do ano. O Supremo Tribunal Federal (STF) agendou, para esta tarde, uma cerimônia tradicional para marcar o início dos trabalhos após o recesso. Os julgamentos serão retomados na quarta-feira. Entre os primeiros assuntos pautados, estão a discussão sobre a inconstitucionalidade da revista íntima e vexatória nos presídios e a legalidade das provas obtidas por meio desse procedimento, e a redução da letalidade policial no Rio de Janeiro, com a chamada ADPF das Favelas.

Autoridades do Legislativo e do Executivo, além do procurador-geral da República, Paulo Gonet, e do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Bento Simonetti, estão confirmadas para a solenidade do STF. Até a noite de ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda não havia confirmado se iria comparecer ao evento.

Na quarta-feira, a Corte deve retomar o julgamento das visitas íntimas vexatórias nos presídios. O caso estava no plenário virtual do Supremo, mas foi paralisado em outubro do ano passado, após um pedido de destaque do ministro Alexandre de Moraes. Até o momento, há maioria para vetar o procedimento em que o agente prisional pode visitar as partes íntimas dos visitantes das unidades prisionais.

Em 2020, o relator do caso, ministro Edson Fachin, votou pela

Gustavo Moreno



Corte reabre o ano com julgamentos sobre visita íntima vexatória em presídios e a ação que trata da ADPF das Favelas

ilegalidade da busca íntima. O magistrado entendeu que os funcionários das penitenciárias não podem fazer procura abusiva no corpo de amigos e parentes que vão visitar os detentos, por tratar-se de violação da intimidade.

Fachin sugeriu a adoção de procedimentos menos invasivos, como uso de scanners corporais, raquetes de raio x ou revista corporal superficial. Isso evitaria que os visitantes tivessem que tirar a roupa. O entendimento foi seguido pelos ministros Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes,

Cármen Lúcia e pela ministra aposentada Rosa Weber.

Moraes, no entanto, divergiu. Ele votou a favor da legalidade da revista íntima, mas concordou que há inúmeros casos de revistas vexatórias. O voto foi seguido pelos ministros Dias Toffoli, Nunes Marques e André Mendonça.

O Supremo também retomará a análise do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, conhecida como a ADPF das Favelas. A ação prevê que as polícias justifiquem a "excepcionalidade"

para a realização de uma operação policial numa comunidade. O plano deve ter medidas objetivas, cronogramas e previsão dos recursos necessários para a sua implementação.

Em maio de 2021, o ministro Edson Fachin, relator, propôs 11 medidas para combater a letalidade policial no estado. As principais mudanças são: plano para reduzir mortes em operações policiais; criação de um Observatório Judicial sobre Polícia Cidadã; proteção de crianças e adolescentes durante operações; suspender o sigilo de todos

os protocolos de atuação policial no Rio de Janeiro; e a determinação da instalação de câmeras na farda de policiais.

Outro destaque para o início do ano é a anistia política concedida em 2020 a cabos da Aeronáutica afastados pelo governo militar em 1964. A discussão versa sobre portarias publicadas no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, que versam sobre a anulação dos perdões concedidos entre 2002 e 2005.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) também fará a abertura do ano Judiciário de 2025, com

uma sessão plenária extraordinária, marcada para 19h. A sessão foi convocada pela presidente, ministra Cármen Lúcia. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) também iniciará o ano judiciário de 2025 com sessão da Corte Especial. O colegiado é composto pelos 15 ministros mais antigos do órgão, incluindo o presidente. Entre outras matérias, é responsável pelo julgamento de ações penais contra autoridades com foro por prerrogativa de função – como governadores e desembargadores.

Expectativa

Para 2025, a Justiça se prepara para o inquérito da Polícia Federal que indiciou o ex-presidente Jair Bolsonaro e mais 36 acusados por tentativa de golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito. A denúncia está nas mãos da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Na investigação do golpe, agentes da PF recuperaram arquivos deletados no computador do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, com detalhes sobre o plano "Punhal Verde e Amarelo". A trama golpista previa reverter o resultado das eleições de 2022, além do planejamento de assassinato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do ministro Alexandre de Moraes.

Caberá ao chefe do Ministério Público Federal (MPF), Paulo Gonet, decidir se Bolsonaro e os demais indiciados serão denunciados à Corte pelas acusações.

CB
FÓRUMALAVANCAS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO:
PERSPECTIVAS E DIÁLOGO ENTRE OS SETORES DE SEGUROS E FRANQUIAS

O Correio Braziliense promove o CB Fórum: "Alavancas de Crescimento Econômico: perspectivas e diálogo entre os setores de seguros e franquias". Combinando inovação e novas leis, esses setores, que somam quase 10% do PIB, são motores do desenvolvimento econômico no Brasil. O evento reunirá autoridades, líderes do mercado, especialistas e reguladores para discutir desafios e oportunidades, criando incentivos para um ambiente de negócios sustentável que impulse o crescimento e promova segurança jurídica para todos os envolvidos.

13/02
a partir de 09h30Local: Auditório do Correio Braziliense
SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor de
Indústrias Gráficas, Brasília, DFEVENTO PRESENCIAL COM
CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃOAcompanhe a transmissão
ao vivo no site e redes sociais

REALIZAÇÃO:

CORREIO
BRAZILIENSE
www.CORREIOBRAZILIENSE.com.br

APOIO:

Prudential

APOIO INSTITUCIONAL:

CNseg